



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

# Acompanhamento fiscal

# Relatório 5º bimestre

Dezembro/2019

SECRETARIA DE  
POLÍTICA ECONÔMICA

SECRETARIA ESPECIAL DE  
FAZENDA

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



# Comparativo do Relatório 5º bimestre com 2018

Discriminação	2018	Relatório 5º bi		Variação	
	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	%	% Real
Receita Primária Total	1.484,2	1.634,6	150,4	10,1%	6,3%
Receita Administrada <sup>1</sup>	905,1	946,0	41,0	4,5%	0,9%
Receita Previdência Social	391,2	411,9	20,7	5,3%	1,6%
Não-Administrada	188,0	276,7	88,7	47,2%	42,1%
Transferência a Estados e Municípios	256,7	290,3	33,5	13,1%	9,1%
Receita Líquida de Transferências	1.227,5	1.344,4	116,9	9,5%	5,7%
Despesa Total	1.351,8	1.459,4	107,6	8,0%	4,2%
Despesa obrigatória	1.085,7	1.153,6	67,9	6,3%	2,5%
Benefícios da Previdência (RGPS)	586,4	629,3	43,0	7,3%	3,6%
Pessoal e Encargos	298,0	318,8	20,8	7,0%	3,2%
Outras despesas obrigatórias	201,3	205,5	4,1	2,0%	-1,5%
d/q BPC	56,2	59,9	3,7	6,6%	2,9%
d/q Seguro Desemprego	36,3	38,6	2,3	6,3%	2,6%
d/q Abono	17,2	18,2	1,0	5,8%	2,1%
d/q Subsídios, Subvenções e Proagro	15,3	14,5	-0,8	-5,1%	-8,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	13,9	16,2	2,3	16,6%	12,5%
Despesas sujeitas à Programação Financeira	270,8	305,8	35,0	12,9%	9,0%
Obrigatórias com controle de fluxo	137,2	144,3	7,2	5,2%	1,5%
Discricionárias	128,8	126,2	-2,6	-2,0%	-5,4%
Discricionárias fora do teto da EC/95 (A partir de 2018)	4,8	35,2	30,4	633,8%	608,2%
Discrepância/Ajuste	4,1	0,0	n.a.	n.a.	n.a.
Result. Primário Gov. Central	-116,2	-115,0	1,2	-1,0%	-4,5%
<b>Meta</b>	<b>-159,0</b>	<b>-139,0</b>	<b>20,0</b>	<b>-12,6%</b>	<b>-15,6%</b>
<b>Esforço(+)/Sobra(-)</b>	<b>-42,8</b>	<b>-24,0</b>			

✓ Em comparação com os valores executados em 2018, o Relatório do 5º bi aponta a elevação de R\$ 150,4 bi na Receita Total. Destaque para o aumento real de 42,1% na Receita Não Administrada. Já a Despesa Total, apresenta um aumento de R\$ 107,6 bi, mas uma redução real de -5,4% nas despesas discricionárias.

✓ O Resultado primário previsto para 2019 está R\$ 24 bi abaixo da meta.

<sup>1</sup> Líquida de restituições.

# Comparativo do Relatório 5º bi com a LOA 2019

Discriminação	LOA 2019	Relatório 5º bi	Variação	
	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	%
Receita Primária Total	1.574,9	1.634,6	59,8	3,8%
Receita Administrada <sup>1</sup>	961,8	946,0	-15,8	-1,6%
Receita Previdência Social	419,8	411,9	-7,9	-1,9%
Não-Administrada	193,2	276,7	83,5	43,2%
Transferência a Estados e Municípios	275,2	290,3	15,1	5,5%
Receita Líquida de Transferências	1.299,7	1.344,4	44,7	3,4%
Despesa Total	1.438,7	1.459,4	20,7	1,4%
Despesa obrigatória	1.169,8	1.153,6	-16,2	-1,4%
Benefícios da Previdência (RGPS)	637,9	629,3	-8,5	-1,3%
Pessoal e Encargos	324,9	318,8	-6,1	-1,9%
Outras despesas obrigatórias	207,0	205,5	-1,6	-0,8%
d/q BPC	60,2	59,9	-0,3	-0,6%
d/q Seguro Desemprego	40,6	38,6	-2,0	-5,0%
d/q Abono	19,2	18,2	-1,0	-5,0%
d/q Subsídios, Subvenções e Proagro	17,5	14,5	-2,9	-16,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	17,5	16,2	-1,3	-7,6%
Despesas sujeitas à Programação Financeira	268,9	305,8	36,9	13,7%
Obrigatórias com controle de fluxo	139,5	144,3	4,8	3,5%
Discricionárias	119,2	126,2	7,1	5,9%
Discricionárias fora do teto da EC/95 (A partir de 2018)	10,2	35,2	25,0	244,8%
Discrepância/Ajuste	0,0	0,0	n.a.	n.a.
Result. Primário Gov. Central	-139,0	-115,0	24,0	-17,3%
<b>Meta</b>	<b>-139,0</b>	<b>-139,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Esforço(+)/Sobra(-)</b>	<b>0,0</b>	<b>-24,0</b>		

✓ Em relação à LOA 2019, verifica-se um aumento na projeção da Receita Total (R\$ 59,8 bi), tendo a Receita Administrada sofrido a maior redução (R\$ -15,8 bi). A Receita Não Administrada tem uma elevação de R\$ 83,5 bi, graças ao leilão da Cessão Onerosa

✓ A despesa sofre uma elevação total de R\$ 20,7 bi em relação ao previsto na LOA 2019. As despesas discricionárias sujeitas ao teto ficaram R\$ 7,1 bilhões acima do previsto na LOA. As discricionárias fora do teto (inclui capitalização das estatais) aumentaram R\$25 bi.

<sup>1</sup> Líquida de restituições.

## Comparativo do Relatório 5º bimestre com o Relatório extemporâneo novembro

Discriminação	Extemp. Relatório	Relatório	Variação	
	Nov.2019	5º bi	R\$ bi	%
Receita Primária Total	1.629,7	1.634,6	4,9	0,3%
Receita Administrada <sup>1</sup>	945,7	946,0	0,3	0,0%
Receita Previdência Social	413,1	411,9	-1,2	-0,3%
Não-Administrada	271,0	276,7	5,8	2,1%
Transferência a Estados e Municípios	288,1	290,3	2,2	0,8%
Receita Líquida de Transferências	1.341,6	1.344,4	2,8	0,2%
Despesa Total	1.463,8	1.459,4	-4,5	-0,3%
Despesa obrigatória	1.158,2	1.153,6	-4,6	-0,4%
Benefícios da Previdência (RGPS)	631,0	629,3	-1,6	-0,3%
Pessoal e Encargos	318,8	318,8	0,0	0,0%
Outras despesas obrigatórias	208,5	205,5	-3,0	-1,5%
d/q BPC	59,9	59,9	0,0	0,0%
d/q Seguro Desemprego	38,6	38,6	0,0	0,0%
d/q Abono	18,2	18,2	0,0	0,0%
d/q Subsídios, Subvenções e Proagro	18,2	14,5	-3,6	-20,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	16,1	16,2	0,1	0,7%
Despesas sujeitas à Programação	305,6	305,8	0,2	0,1%
Financeira				
Obrigatórias com controle de fluxo	144,2	144,3	0,2	0,1%
Discricionárias	126,2	126,2	0,0	0,0%
Discricionárias fora do teto da EC/95 (A partir de 2018)	35,2	35,2	0,0	0,0%
Discrepância/Ajuste	0,0	0,0	n.a.	n.a.
Result. Primário Gov. Central	-122,2	-115,0	7,2	-5,9%
<b>Meta</b>	<b>-139,0</b>	<b>-139,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Esforço(+)/Sobra(-)</b>	<b>-16,8</b>	<b>-24,0</b>		

- ✓ Em comparação com o relatório extemporâneo de novembro, nota-se um aumento de R\$5,8 bi na receita não administrada. O Leilão da Cessão Onerosa foi realizado em 06/11 e o bônus de arrecadação veio em montante superior ao previsto, o que aumentou os valores da Receita Não Administrada.
- ✓ No tocante à despesa total, verifica-se uma redução de R\$4,5 bi.
- ✓ Houve uma significativa melhora no Resultado Primário previsto para 2019, que ficará R\$24 bi abaixo da meta.

<sup>1</sup> Líquida de restituições.

# Comparativo do Relatório 5º bimestre com o PLOA 2020 Modificativo

Discriminação	Relatório	PLOA 2020	Variação	
	5º bi	Modificativo	R\$ bi	%
Receita Primária Total	1.634,6	1.637,1	2,5	0,2%
Receita Administrada <sup>1</sup>	946,0	1.003,1	57,0	6,0%
Receita Previdência Social	411,9	436,5	24,6	6,0%
Não-Administrada	276,7	197,6	-79,1	-28,6%
Transferência a Estados e Municípios	290,3	288,7	-1,6	-0,5%
Receita Líquida de Transferências	1.344,4	1.348,4	4,0	0,3%
Despesa Total	1.459,4	1.472,5	13,1	0,9%
Despesa obrigatória	1.153,6	1.235,1	81,5	7,1%
Benefícios da Previdência (RGPS)	629,3	681,3	51,9	8,3%
Pessoal e Encargos	318,8	328,2	9,4	2,9%
Outras despesas obrigatórias	205,5	225,6	20,1	9,8%
d/q BPC	59,9	61,5	1,6	2,7%
d/q Seguro Desemprego	38,6	40,6	2,0	5,2%
d/q Abono	18,2	20,0	1,8	9,8%
d/q Subsídios, Subvenções e Proagro	14,5	16,0	1,4	9,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	16,2	23,9	7,8	47,9%
Despesas sujeitas à Programação Financeira	305,8	237,5	-68,3	-22,3%
Obrigatórias com controle de fluxo	144,3	150,3	5,9	4,1%
Discricionárias	126,2	87,2	-39,1	-30,9%
Discricionárias fora do teto da EC/95 (A partir de 2018)	35,2	0,0	-35,2	-100,0%
Discrepância/Ajuste	0,0	0,0	n.a.	n.a.
Result. Primário Gov. Central	-115,0	-124,1	-9,1	7,9%
<b>Meta</b>	<b>-139,0</b>	<b>-124,1</b>	<b>14,9</b>	<b>-10,7%</b>
<b>Esforço(+)/Sobra(-)</b>	<b>-24,0</b>	<b>0,0</b>		

✓ Em comparação com o relatório do 5º bi, o PLOA 2020 modificativo apresenta um aumento de R\$57 bi na Receita administrada e uma queda de R\$79,1 bi na Não Administrada.

✓ No tocante à despesa obrigatória, verifica-se uma elevação de R\$ 81,5 bi com destaque para o aumento de R\$ 51,9 bi de despesa previdenciária e redução de R\$39,1 bi nas discricionárias sujeitas ao teto.

<sup>1</sup> Líquida de restituições.

# Receita Administrada 2019 - Variação

## Receita Administrada (Relatório extemporâneo nov X Rel. 5º bimestre)

R\$ bilhões

Discriminação	Avaliação extemp. Nov.	Avaliação 5º bimestre	Variação	Principais causas
IR	394,0	397,6	3,7	A estimativa reflete, especialmente, a melhor arrecadação do IRPJ, em relação à previsão.
COFINS	240,6	238,6	(2,0)	A projeção da arrecadação do PIS/Cofins refletiu a realização da arrecadação, em outubro de 2019, em valores inferiores aos previstos, em parte, em função dos crescimentos observados nos montantes compensados contra esses tributos.
CSLL	81,8	82,9	1,0	Houve crescimento na projeção da arrecadação da CSLL em função, principalmente, da realização da arrecadação acima do previsto.
IPI	53,6	53,6	(0,1)	
IOF	40,0	40,3	0,3	
Outras	24,0	22,0	(2,0)	A redução na projeção reflete, principalmente, o efeito de reclassificação de parcelamentos, em outubro de 2019, para os demais tributos.
Incentivos Fiscais	(0,0)	(0,0)	-	
<b>Receita Total</b>	<b>945,7</b>	<b>946,1</b>	<b>0,3</b>	

Fonte: Relatório 5º bimestre 2019

# Receita Previdenciária 2019 - Variação

## Variação da Receita Previdenciária (Rel. Extemp.nov X Rel. 5º bimestre)

R\$ bilhões

Discriminação	Avaliação Extemp.nov	Avaliação 5º bimestre	Variação	Principais causas
Projeção Normal	402,7	401,7	-1,0	Aestimativa reflete, principalmente, a redução da projeção do crescimento da massa salarial
Ressarcimento de desonerações previdenciárias	10,4	10,2	-0,2	
<b>Total --&gt;</b>	<b>413,1</b>	<b>411,9</b>	<b>-1,2</b>	

Fonte: Relatório 5º bimestre 2019

# Receita Não Administrada 2019 - Variação

Variação da Receita Não Administrada (Relatório extemporâneo nov. X Relatório 5º bimestre)

R\$ bilhões

Discriminação	Avaliação Extemp.Nov	Avaliação 5º bimestre	Variação	Principais causas
Exploração de Recursos Naturais	65,2	66,3	1,1	Vários fatores explicativos: Aumento de Royalties de Itaipu, Recursos Minerais, Recursos do petróleo, e queda de Recursos hídricos.
Contribuição do Salário-Educação	21,7	21,5	(0,2)	
Receita Própria (fontes 50 & 81)	15,4	15,7	0,3	
Cont. Plano de Seg. do Servidor (CPSS)	14,1	13,9	(0,2)	A principal queda na arrecadação foi observada na receita advinda das contribuições de ativos, principal componente da fonte 156, que teve redução de 1,0% em comparação com o bimestre anterior
Complemento do FGTS	5,3	5,3	(0,0)	
Dividendos e Participações	16,1	20,8	4,7	A estimativa foi ajustada tendo em vista basicamente o pagamento de dividendo complementar aprovado pelo BNDES referente ao lucro do 1º bimestre de 2019, não previstos quando da elaboração da estimativa do último relatório.
Demais Receitas	39,4	39,4	0,0	
Outras Receitas	52,3	52,3	(0,1)	
<b>Total --&gt;</b>	<b>271,0</b>	<b>276,7</b>	<b>5,8</b>	

Fonte: Relatório 5º bimestre 2019

# Receita Não Administrada 2019 – Medidas não recorrentes

## Medidas Não-Recorrentes

R\$ bilhões

Discriminação	LOA 2019	Avaliação 1º bi	Avaliação 2º bi	Avaliação 3º bi	Avaliação 4º bi	Avaliação extemp.	Avaliação 5º bi	Situação
<b>Concessões e Permissões</b>								
Novas UHEs não renovadas (PL 9463/18)	12,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	<b>Medida retirada do orçamento:</b> Valor refere-se à descotização Eletrobrás. Embora o Projeto de Lei PL 9463/2018 ainda esteja em análise na Câmara dos Deputados, o <b>valor foi RETIRADO do orçamento no relatório do 1º bimestre e não retornou nos Relatórios do 2º, 3º e 4º bi.</b>
Leilão Cessão onerosa PETROBRAS	-	0,0	0,0	0,0	0,0	52,5	69,9	Medida incluída no orçamento: No relatório extemporâneo de outubro, foi incluído no orçamento o valor referente ao leilão da cessão onerosa, no importe de R\$ 52,4 bilhões (ainda não descontado o montante que será transferido à Petrobrás e aos estados e municípios). No relatório do 5º bimestre, já foi considerado o valor efetivo da arrecadação do bônus, e a transferência para os estados e municípios, de R\$ 11,6 bi.
	<b>12,2</b>	-				<b>52,5</b>	<b>69,9</b>	<b>&lt;- Total Receitas Não Administradas não-recorrentes</b>

Fonte: Relatório 5º bimestre 2019

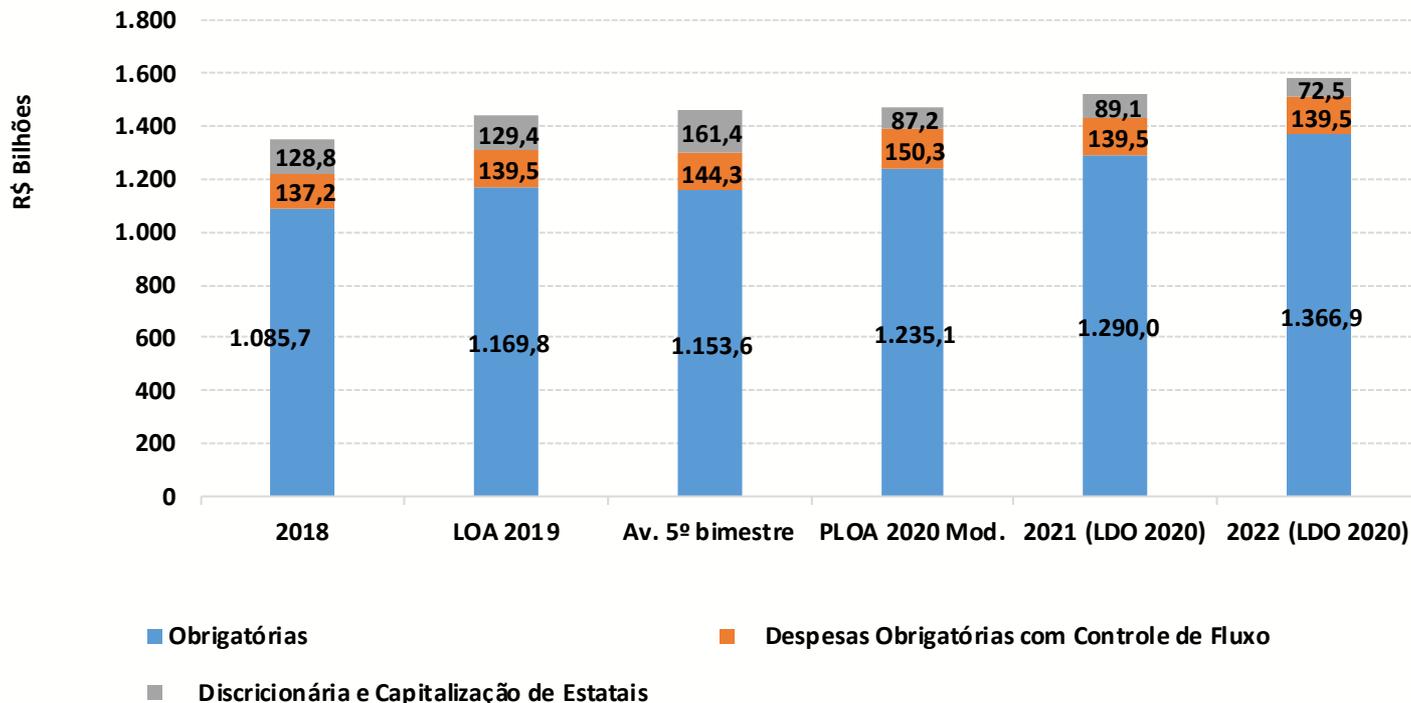
# Despesas 2019 - Variação

Discriminação	Avaliação extemporânea Nov.	Avaliação 5º bimestre	Variação	Principais Causas
<b>1. Benefícios da Previdência</b>	<b>631,0</b>	<b>629,3</b>	<b>(1,6)</b>	A variação na projeção dessa despesa deve-se à redução nos benefícios previdenciários devido à incorporação de dados realizados até outubro, combinado com a necessidade de suplementação de dotação para o pagamento de RPV.
<b>2. Pessoal e encargos</b>	<b>318,8</b>	<b>318,8</b>	<b>-</b>	
<b>3. Outras despesas obrigatórias</b>	<b>208,5</b>	<b>205,5</b>	<b>(3,0)</b>	
d/q Subsídios, Subvenção e Proagro	18,2	14,5	(3,6)	A redução decorreu de revisão da programação de despesas para algumas ações orçamentárias, principalmente relativa ao PROEX, com base em revisão pelo Banco do Brasil dos gastos previstos para o último bimestre de 2019
d/q Fundef - Fundeb	14,9	17,5	2,6	A variação se deve à atualização das estimativas das receitas que compõem o Fundeb e à necessidade de ajuste na dotação orçamentária para a inclusão da 13ª parcela e do ajuste da Complementação da União ao FUNDEB
d/q Impacto Primário do FIES	3,4	1,7	(1,7)	A redução se deve à revisão do calendário de desembolsos previstos do programa, e também foram incorporados os valores efetivos da receita, referentes à agosto e setembro de 2019 e da despesa, referentes a setembro e outubro de 2019
<b>Subtotal (1+2+3):</b>	<b>1.158,2</b>	<b>1.153,6</b>	<b>(4,6)</b>	
<b>Despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira (4+5+6)</b>	<b>305,6</b>	<b>305,8</b>	<b>0,2</b>	
<b>4. Obrigatórias com Controle de Fluxo</b>	<b>144,2</b>	<b>144,3</b>	<b>0,2</b>	Alteração se deve, principalmente, devido às ações de saúde e benefícios ao servidor.
<b>5. Discricionárias fora do teto da EC/95</b>	<b>35,2</b>	<b>35,2</b>	<b>-</b>	
<b>6. Despesas discricionárias</b>	<b>126,2</b>	<b>126,2</b>	<b>-</b>	
<b>Despesa Total (1+2+3+4+5+6):</b>	<b>1.463,8</b>	<b>1.459,4</b>	<b>(4,5)</b>	

Fonte: Relatório 5º bimestre 2019. SOF/ME

# Evolução da Despesa Primária

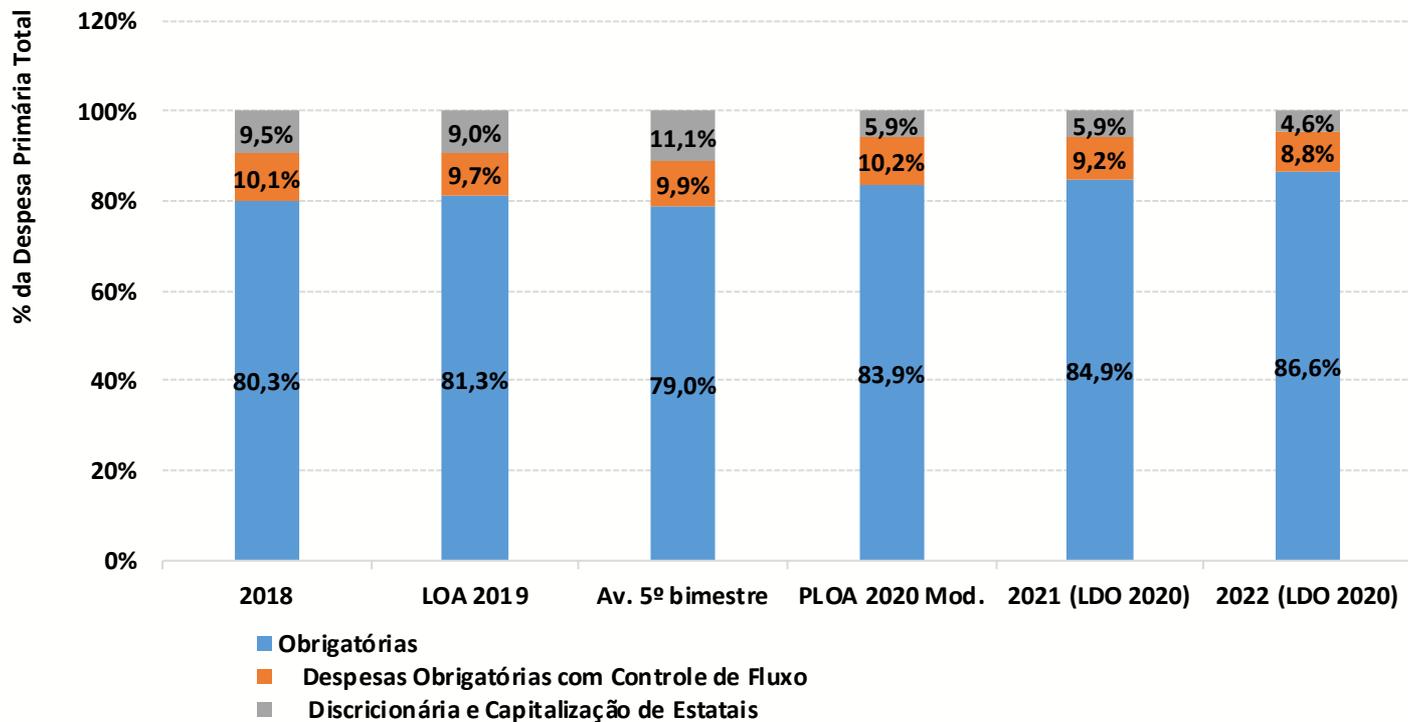
Em R\$ bilhões



Fontes: até 2018, Resultado do Tesouro Nacional, STN/ME; para 2019, LOA 2019 e Relatório 5º bimestre de 2019; para 2020, PLOA 2020 Modificativo; e para 2021 e 2022, PLDO-2020.

# Evolução da Despesa Primária

Em % da Despesa Primária total



Fontes: até 2018, Resultado do Tesouro Nacional, STN/ME; para 2019, LOA 2019 e Relatório 5º bimestre de 2019; para 2020, PLOA 2020 Modificativo; e para 2021 e 2022, PLDO-2020.

# Teto de gastos – EC 95/16

DISCRIMINAÇÃO	R\$ bilhões							
	LOA 2019	Avaliação 1º bimestre	Avaliação 2º bimestre	Avaliação 3º bimestre	Avaliação 4º bimestre	Avaliação extemporânea a. Out.	Avaliação extemporânea . Nov.	Avaliação 5º bimestre
I - Total de Despesas Primárias (Inclusive Transf. Por Repartição de Receita)	1.713,85	1.684,12	1.684,61	1.679,53	1.686,47	1.746,17	1.751,94	1.749,64
II - Despesas Primárias não sujeitas a limites (art.107, §6º, da EC 95/16)	306,86	308,54	313,07	311,69	301,84	342,14	347,91	352,51
III - Despesas Primárias sujeitas a limites (I - II)	1.406,99	1.375,58	1.371,53	1.367,83	1.384,62	1.404,02	1.404,02	1.397,12
IV - Limite EC 95 (2017 X 1,0439)	1.407,05	1.407,05	1.407,05	1.407,05	1.407,05	1.407,05	1.407,05	1.407,05
<b>V - Estimativa anual de excesso (+)/Necessidade de ajuste (-)</b>	<b>0,06</b>	<b>31,47</b>	<b>35,52</b>	<b>39,22</b>	<b>22,43</b>	<b>3,03</b>	<b>3,03</b>	<b>9,93</b>

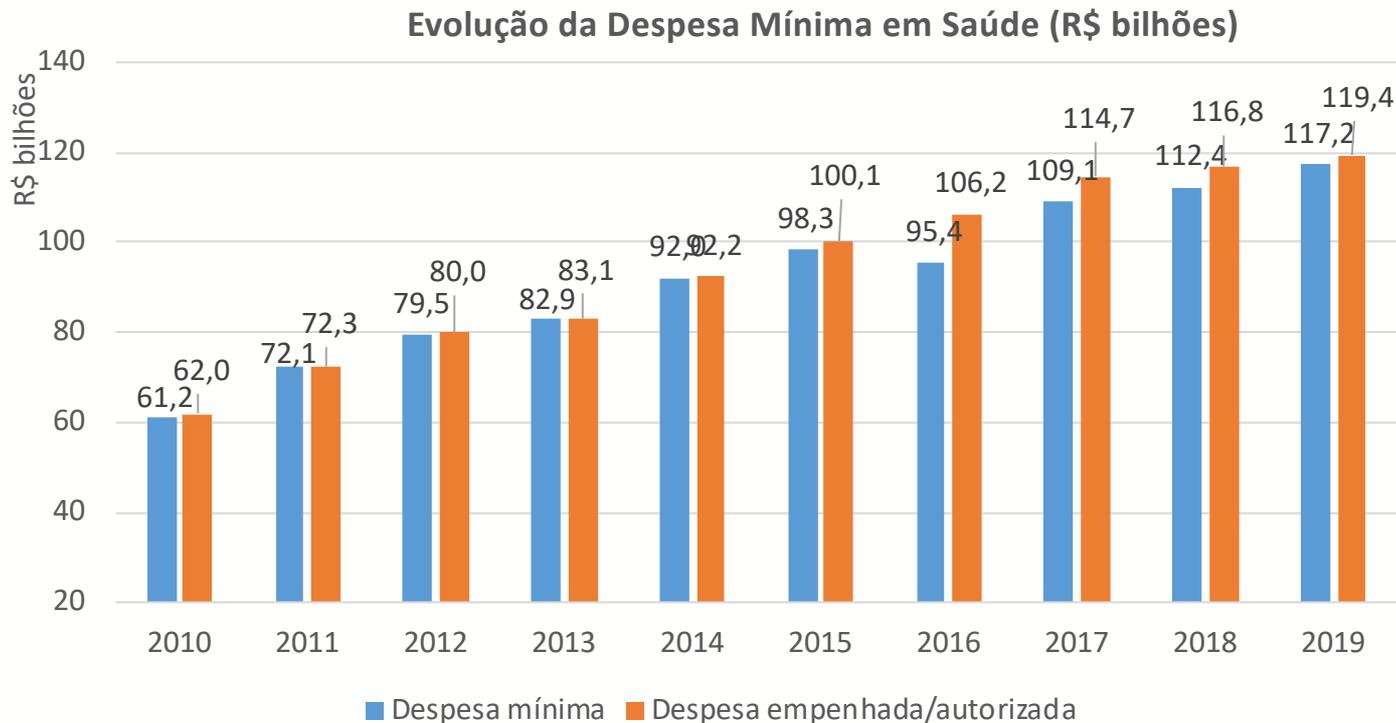
Valor abaixo do teto dos gastos

# Regra de Ouro - 2019

Discriminação	Cenário anterior*	R\$ bilhões	
		2019 Cenário atual	Diferença
<b>Despesas de Capital (I)</b>	<b>824,7</b>	<b>834,3</b>	<b>9,6</b>
Investimentos	24,8	26,1	1,3
Inversões Financeiras	68,1	71,7	3,6
Amortizações	731,8	736,5	4,7
<b>Receitas de Operações de Crédito Consideradas (II = a - b - c)</b>	<b>796,7</b>	<b>801,2</b>	<b>4,5</b>
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	990,9	995,2	4,3
Varição de Saldo da sub-conta da Dívida (b)**	-54,7	-54,9	-0,2
Operações de crédito ressalvas (PLN 4/19) (c)	248,9	248,9	0,0
<b>Margem da Regra de Ouro ( III = I - II) - OFICIAL</b>	<b>28,0</b>	<b>33,1</b>	<b>5,1</b>

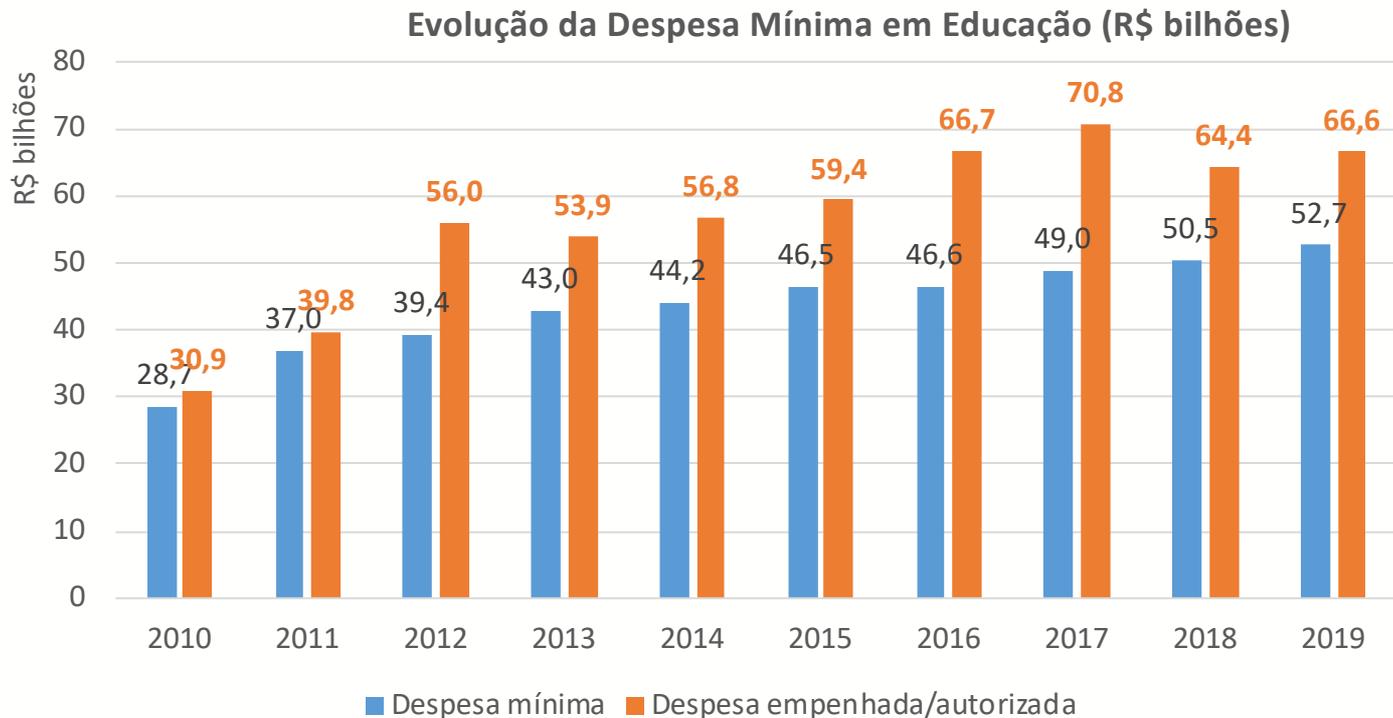
Suficiência para o cumprimento da Regra de Ouro.

# Mínimo Constitucional de Saúde (EC nº 95/16)



Fonte: Relatório de Avaliação do 5º bimestre de 2019/ SOF-ME.

# Mínimo Constitucional em Educação – (EC 95/16)



Fonte: Relatório de Avaliação do 5º bimestre de 2019/ SOF-ME.



## Ministério da Economia

Para maiores informações acesse o site da Secretaria de Política Econômica:

[www.spe.fazenda.gov.br](http://www.spe.fazenda.gov.br)

SECRETARIA DE  
POLÍTICA ECONÔMICA

SECRETARIA ESPECIAL DE  
FAZENDA

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



# ANEXO – Histórico dos Relatórios de Avaliação Bimestral 2019

# Comparativo do Relatório de Avaliação do 1º Bimestre/2019 com 2018

Discriminação	2018	Avaliação 1º bi 2019		Variação	
	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	%	% Real
Receita Primária Total	1.484,2	1.545,1	60,9	4,1%	0,3%
Receita Administrada <sup>1</sup>	905,1	950,6	45,6	5,0%	1,2%
Receita Previdência Social	391,2	413,1	21,9	5,6%	1,8%
Não-Administrada	188,0	181,4	-6,6	-3,5%	-7,0%
Transferência a Estados e Municípios	256,7	271,6	14,9	5,8%	1,9%
Receita Líquida de Transferências	1.227,5	1.273,5	46,0	3,7%	0,0%
Despesa Total	1.351,8	1.442,3	90,5	6,7%	2,8%
Despesa obrigatória	1.085,7	1.170,2	84,5	7,8%	3,9%
Benefícios da Previdência (RGPS)	586,4	631,2	44,8	7,6%	3,7%
Pessoal e Encargos	298,0	326,2	28,1	9,4%	5,5%
Outras despesas obrigatórias	201,3	212,9	11,6	5,8%	1,9%
d/q BPC	56,2	59,7	3,5	6,3%	2,4%
d/q Seguro Desemprego	36,3	38,4	2,1	5,8%	2,0%
d/q Abono	17,2	18,2	1,0	5,8%	1,9%
d/q Subsídios, Subvenções e Proagro	15,3	20,4	5,0	32,9%	28,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	13,9	17,5	3,6	26,2%	21,6%
Despesas sujeitas à Programação Financeira	270,8	272,1	1,2	0,5%	-3,2%
Obrigatórias com controle de fluxo	137,2	142,7	5,5	4,0%	0,2%
Discricionárias	128,8	119,2	-9,7	-7,5%	-10,9%
Aumento de Capital de Estatais	4,8	10,2	5,4	112,8%	105,1%
Discrepância/Ajuste	4,1	0,0	n.a.	n.a.	n.a.
Result. Primário Gov. Central	-116,2	-168,8	-52,6	45,3%	40,0%
<b>Meta</b>	<b>-159,0</b>	<b>-139,0</b>	<b>20,0</b>	<b>-12,6%</b>	<b>-15,8%</b>
<b>Esforço(+)/Sobra(-)</b>	<b>-42,8</b>	<b>29,8</b>			

✓ Em comparação com os valores executados em 2018, o Relatório do 1º bi aponta crescimento de R\$ 60,9 bi na Receita Primária Total e de R\$ 90,5 bi na Despesa Total.

✓ Destaque para o aumento real de 28% nas despesas de Subsídios, Subvenção e Proagro; +21,6% em Sentenças Judiciais e +105% na Capitalização de Estatais.

✓ Já as despesas discricionárias tiveram redução real de -10,9%.

<sup>1</sup> Líquida de restituições.

# Comparativo do Relatório de Avaliação do 1º Bimestre/2019 com a LOA 2019

Discriminação	LOA 2019	Avaliação 1º bi 2019	Variação	
	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	%
Receita Primária Total	1.574,9	1.545,1	29,7	-1,9%
Receita Administrada <sup>1</sup>	961,8	950,6	-11,2	-1,2%
Receita Previdência Social	419,8	413,1	-6,7	-1,6%
Não-Administrada	193,2	181,4	-11,8	-6,1%
Transferência a Estados e Municípios	275,2	271,6	-3,6	-1,3%
Receita Líquida de Transferências	1.299,7	1.273,5	-26,2	-2,0%
Despesa Total	1.438,7	1.442,3	3,6	0,3%
Despesa obrigatória	1.169,8	1.170,2	0,4	0,0%
Benefícios da Previdência (RGPS)	637,9	631,2	-6,7	-1,0%
Pessoal e Encargos	324,9	326,2	1,2	0,4%
Outras despesas obrigatórias	207,0	212,9	5,9	2,9%
d/q BPC	60,2	59,7	-0,6	-0,9%
d/q Seguro Desemprego	40,6	38,4	-2,2	-5,4%
d/q Abono	19,2	18,2	-1,0	-5,0%
d/q Subsídios, Subvenções e Proagro	17,5	20,4	2,9	16,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	17,5	17,5	0,0	0,0%
Despesas sujeitas à Programação Financeira	268,9	272,1	3,2	1,2%
Obrigatórias com controle de fluxo	139,5	142,7	3,2	2,3%
Discricionárias	119,2	119,2	0,0	0,0%
Aumento de Capital de Estatais	10,2	10,2	0,0	0,0%
Discrepância/Ajuste	0,0	0,0	n.a.	n.a.
Result. Primário Gov. Central	-139,0	-168,8	-29,8	21,4%
<b>Meta</b>	<b>-139,0</b>	<b>-139,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Esforço(+)/Sobra(-)</b>	<b>0,0</b>	<b>29,8</b>		

- ✓ Necessidade de redução de R\$29,8 bilhões nas despesas discricionárias para o cumprimento da meta de resultado primário.
- ✓ Em relação à LOA 2019, verifica-se uma queda expressiva na Receita Total (R\$ 29,7bi), tendo a Receita Não-Administrada sofrido a maior redução relativa (-6,1%).
- ✓ Do lado da despesa, houve aumento dos valores totais previstos na LOA em R\$ 3,6 bi, com destaque para o aumento de R\$3,2 bi nas obrigatórias com controle de fluxo.

<sup>1</sup> Líquida de restituições.

# Comparativo do Relatório de Avaliação do 2º Bimestre/2019 com 2018

Discriminação	2018		Avaliação 2º bi 2019		Variação	
	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	%	% Real	
Receita Primária Total	1.484,2	1.545,8	61,6	4,1%	0,0%	
Receita Administrada <sup>1</sup>	905,1	945,2	40,1	4,4%	0,3%	
Receita Previdência Social	391,2	413,5	22,3	5,7%	1,5%	
Não-Administrada	188,0	187,1	-0,9	-0,5%	-4,4%	
Transferência a Estados e Municípios	256,7	275,5	18,8	7,3%	3,1%	
Receita Líquida de Transferências	1.227,5	1.270,3	42,8	3,5%	-0,6%	
Despesa Total	1.351,8	1.411,3	59,5	4,4%	0,3%	
Despesa obrigatória	1.085,7	1.168,3	82,5	7,6%	3,4%	
Benefícios da Previdência (RGPS)	586,4	630,2	43,8	7,5%	3,2%	
Pessoal e Encargos	298,0	325,0	27,0	9,1%	4,8%	
Outras despesas obrigatórias	201,3	213,1	11,8	5,8%	1,7%	
d/q BPC	56,2	59,7	3,5	6,3%	2,1%	
d/q Seguro Desemprego	36,3	38,6	2,3	6,3%	2,1%	
d/q Abono	17,2	18,2	1,0	5,8%	1,6%	
d/q Subsídios, Subvenções e Proagro	15,3	19,8	4,5	29,3%	24,2%	
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	13,9	17,5	3,6	26,2%	21,2%	
Despesas sujeitas à Programação	270,8	243,0	-27,8	-10,3%	-13,8%	
Financeira						
Obrigatórias com controle de fluxo	137,2	143,2	6,1	4,4%	0,3%	
Discricionárias	128,8	89,6	-39,3	-30,5%	-33,2%	
Aumento de Capital de Estatais	4,8	10,2	5,4	112,8%	104,5%	
Discrepância/Ajuste	4,1	0,0	n.a.	n.a.	n.a.	
Result. Primário Gov. Central	-116,2	-141,0	-24,8	21,3%	16,6%	
<b>Meta</b>	<b>-159,0</b>	<b>-139,0</b>	<b>20,0</b>	<b>-12,6%</b>	<b>-16,0%</b>	
<b>Esforço(+)/Sobra(-)</b>	<b>-42,8</b>	<b>2,0</b>				

✓ Em comparação com os valores executados em 2018, o Relatório do 2º bi aponta crescimento de R\$ 61,6 bi na Receita Primária Total e de R\$ 82,5 bi na Despesa obrigatória, e uma redução de -R\$ 39,3 bi nas discricionárias.

✓ Destaque para o aumento real de 24,2% nas despesas de Subsídios, Subvenção e Proagro; +21,2% em Sentenças Judiciais e +104,5% na Capitalização de Estatais.

✓ Já as despesas discricionárias tiveram redução real de -33,2%.

<sup>1</sup> Líquida de restituições.

# Comparativo do Relatório de Avaliação do 2º Bimestre/2019 com a LOA 2019

Discriminação	LOA 2019	Avaliação 2º bi 2019	Variação	
	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	%
Receita Primária Total	1.574,9	1.545,8	-29,0	-1,8%
Receita Administrada <sup>1</sup>	961,8	945,2	-16,6	-1,7%
Receita Previdência Social	419,8	413,5	-6,3	-1,5%
Não-Administrada	193,2	187,1	-6,1	-3,2%
Transferência a Estados e Municípios	275,2	275,5	0,3	0,1%
Receita Líquida de Transferências	1.299,7	1.270,3	-29,4	-2,3%
Despesa Total	1.438,7	1.411,3	-27,4	-1,9%
Despesa obrigatória	1.169,8	1.168,3	-1,6	-0,1%
Benefícios da Previdência (RGPS)	637,9	630,2	-7,7	-1,2%
Pessoal e Encargos	324,9	325,0	0,1	0,0%
Outras despesas obrigatórias	207,0	213,1	6,1	2,9%
d/q BPC	60,2	59,7	-0,6	-0,9%
d/q Seguro Desemprego	40,6	38,6	-2,0	-5,0%
d/q Abono	19,2	18,2	-1,0	-5,0%
d/q Subsídios, Subvenções e Proagro	17,5	19,8	2,3	13,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	17,5	17,5	0,0	0,0%
Despesas sujeitas à Programação Financeira	268,9	243,0	-25,8	-9,6%
Obrigatórias com controle de fluxo	139,5	143,2	3,7	2,7%
Discricionárias	119,2	89,6	-29,6	-24,8%
Aumento de Capital de Estatais	10,2	10,2	0,0	0,0%
Discrepância/Ajuste	0,0	0,0	n.a.	n.a.
Result. Primário Gov. Central	-139,0	-141,0	-2,0	1,4%
<b>Meta</b>	<b>-139,0</b>	<b>-139,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Esforço(+)/Sobra(-)</b>	<b>0,0</b>	<b>2,0</b>		

- ✓ Necessidade de redução de R\$2 bilhões nas despesas discricionárias para o cumprimento da meta de resultado primário. Mas não houve contingenciamento devido à reserva financeira do Decreto do 1º bimestre.
- ✓ Em relação à LOA 2019, verifica-se uma queda expressiva na Receita Total (R\$ 29bi), tendo a Receita Não-Administrada sofrido a maior redução relativa (-3,2%).
- ✓ Do lado da despesa, houve diminuição dos valores totais previstos na LOA em R\$ -27,4 bi, com destaque para a redução de R\$ -29,6 bi nas discricionárias.

<sup>1</sup> Líquida de restituições.

# Comparativo do Relatório de Avaliação do 3º Bimestre/2019 com 2018

Discriminação	2018	Avaliação 3º bi 2019		Variação	
	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	%	% Real
Receita Primária Total	1.484,2	1.540,5	56,3	3,8%	0,0%
Receita Administrada <sup>1</sup>	905,1	939,2	34,2	3,8%	0,0%
Receita Previdência Social	391,2	415,0	23,8	6,1%	2,2%
Não-Administrada	188,0	186,3	-1,7	-0,9%	-4,5%
Transferência a Estados e Municípios	256,7	276,2	19,4	7,6%	3,6%
Receita Líquida de Transferências	1.227,5	1.264,4	36,9	3,0%	-0,8%
Despesa Total	1.351,8	1.403,4	51,6	3,8%	0,0%
Despesa obrigatória	1.085,7	1.164,8	79,0	7,3%	3,3%
Benefícios da Previdência (RGPS)	586,4	630,9	44,5	7,6%	3,6%
Pessoal e Encargos	298,0	324,6	26,6	8,9%	4,9%
Outras despesas obrigatórias	201,3	209,3	8,0	4,0%	0,2%
d/q BPC	56,2	59,9	3,7	6,6%	2,7%
d/q Seguro Desemprego	36,3	38,6	2,3	6,3%	2,4%
d/q Abono	17,2	18,2	1,0	5,8%	1,9%
d/q Subsídios, Subvenções e Proagro	15,3	19,3	3,9	25,7%	21,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	13,9	16,1	2,2	15,7%	11,4%
Despesas sujeitas à Programação Financeira	270,8	238,6	-32,2	-11,9%	-15,1%
Obrigatórias com controle de fluxo	137,2	143,2	6,1	4,4%	0,6%
Discricionárias	128,8	85,2	-43,7	-33,9%	-36,3%
Aumento de Capital de Estatais	4,8	10,2	5,4	112,8%	105,0%
Discrepância/Ajuste	4,1	0,0	n.a.	n.a.	n.a.
Result. Primário Gov. Central	-116,2	-139,0	-22,8	19,7%	15,3%
<b>Meta</b>	<b>-159,0</b>	<b>-139,0</b>	<b>20,0</b>	<b>-12,6%</b>	<b>-15,8%</b>
<b>Esforço(+)/Sobra(-)</b>	<b>-42,8</b>	<b>0,0</b>			

✓ Em comparação com os valores executados em 2018, o Relatório do 3º bi aponta crescimento de R\$ 61,6 bi na Receita Primária Total e de R\$ 79bi na Despesa obrigatória, e uma redução de -R\$ 43,7 bi nas discricionárias.

✓ Destaque para o aumento real de 21,1% nas despesas de Subsídios, Subvenção e Proagro; +11,4% em Sentenças Judiciais e +105% na Capitalização de Estatais.

✓ Já as despesas discricionárias tiveram redução real de -36,3%.

<sup>1</sup> Líquida de restituições.

# Comparativo do Relatório de Avaliação do 3º Bimestre/2019 com a LOA 2019

Discriminação	LOA 2019	Avaliação 3º bi 2019	Variação	
	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	%
Receita Primária Total	1.574,9	1.540,5	-34,3	-2,2%
Receita Administrada <sup>1</sup>	961,8	939,2	-22,6	-2,3%
Receita Previdência Social	419,8	415,0	-4,8	-1,1%
Não-Administrada	193,2	186,3	-6,9	-3,6%
Transferência a Estados e Municípios	275,2	276,2	1,0	0,4%
Receita Líquida de Transferências	1.299,7	1.264,4	-35,3	-2,7%
Despesa Total	1.438,7	1.403,4	-35,3	-2,5%
Despesa obrigatória	1.169,8	1.164,8	-5,1	-0,4%
Benefícios da Previdência (RGPS)	637,9	630,9	-7,0	-1,1%
Pessoal e Encargos	324,9	324,6	-0,3	-0,1%
Outras despesas obrigatórias	207,0	209,3	2,3	1,1%
d/q BPC	60,2	59,9	-0,3	-0,6%
d/q Seguro Desemprego	40,6	38,6	-2,0	-5,0%
d/q Abono	19,2	18,2	-1,0	-5,0%
d/q Subsídios, Subvenções e Proagro	17,5	19,3	1,8	10,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	17,5	16,1	-1,5	-8,4%
Despesas sujeitas à Programação Financeira	268,9	238,6	-30,3	-11,3%
Obrigatórias com controle de fluxo	139,5	143,2	3,7	2,7%
Discricionárias	119,2	85,2	-34,0	-28,5%
Aumento de Capital de Estatais	10,2	10,2	0,0	0,0%
Discrepância/Ajuste	0,0	0,0	n.a.	n.a.
Result. Primário Gov. Central	-139,0	-139,0	0,0	0,0%
<b>Meta</b>	<b>-139,0</b>	<b>-139,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Esforço(+)/Sobra(-)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>		

✓ Necessidade de redução de R\$2,24 bilhões nas despesas discricionárias para o cumprimento da meta de resultado primário.

✓ Em relação à LOA 2019, verifica-se uma queda expressiva na Receita Total (R\$ 34,3 bi), tendo a Receita Não-Administrada sofrido a maior redução relativa (-3,6%).

✓ Do lado da despesa, houve diminuição dos valores totais previstos na LOA em R\$ -35,3 bi, com destaque para a redução de R\$ -34 bi nas discricionárias.

<sup>1</sup> Líquida de restituições.

# Comparativo do Relatório de Avaliação do 4º Bimestre/2019 com 2018

Discriminação	2018		Avaliação 4º bi 2019		Variação	
	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	%	% Real	
Receita Primária Total	1.484,2	1.547,5	63,2	4,3%	0,6%	
Receita Administrada <sup>1</sup>	905,1	947,5	42,5	4,7%	1,0%	
Receita Previdência Social	391,2	412,9	21,7	5,6%	1,9%	
Não-Administrada	188,0	187,0	-1,0	-0,5%	-4,0%	
Transferência a Estados e Municípios	256,7	276,6	19,9	7,8%	4,0%	
Receita Líquida de Transferências	1.227,5	1.270,8	43,3	3,5%	-0,1%	
Despesa Total	1.351,8	1.409,8	58,1	4,3%	0,7%	
Despesa obrigatória	1.085,7	1.158,1	72,3	6,7%	2,9%	
Benefícios da Previdência (RGPS)	586,4	631,0	44,6	7,6%	3,8%	
Pessoal e Encargos	298,0	318,8	20,8	7,0%	3,2%	
Outras despesas obrigatórias	201,3	208,3	7,0	3,5%	-0,1%	
d/q BPC	56,2	59,9	3,7	6,6%	2,9%	
d/q Seguro Desemprego	36,3	38,6	2,3	6,3%	2,6%	
d/q Abono	17,2	18,2	1,0	5,8%	2,1%	
d/q Subsídios, Subvenções e Proagro	15,3	18,2	2,9	18,6%	14,5%	
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	13,9	16,1	2,2	15,7%	11,7%	
Despesas sujeitas à Programação Financeira	270,8	251,8	-19,1	-7,0%	-10,3%	
Obrigatórias com controle de fluxo	137,2	144,0	6,8	5,0%	1,3%	
Discricionárias	128,8	107,1	-21,7	-16,8%	-19,7%	
Discricionárias fora do teto da EC/95 (A partir de 2018)	4,8	0,6	-4,2	-87,1%	-87,6%	
Discrepância/Ajuste	4,1	0,0	n.a.	n.a.	n.a.	
Result. Primário Gov. Central	-116,2	-139,0	-22,8	19,7%	15,5%	
<b>Meta</b>	<b>-159,0</b>	<b>-139,0</b>	<b>20,0</b>	<b>-12,6%</b>	<b>-15,6%</b>	
<b>Esforço(+)/Sobra(-)</b>	<b>-42,8</b>	<b>0,0</b>				

✓ Em comparação com os valores executados em 2018, o Relatório do 4º bi aponta crescimento de R\$ 63,2 bi na Receita Primária Total e de R\$ 72,3 bi na Despesa obrigatória, e uma redução de -R\$ 21,7 bi nas discricionárias.

✓ Destaque para o aumento real de 14,5% nas despesas de Subsídios, Subvenção e Proagro e +11,7% em Sentenças Judiciais.

✓ Já as despesas discricionárias tiveram redução real de -19,7%.

<sup>1</sup> Líquida de restituições.

# Comparativo do Relatório de Avaliação do 4º Bimestre/2019 com a LOA 2019

Discriminação	LOA 2019	Avaliação 4º bi 2019	Variação	
	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	%
Receita Primária Total	1.574,9	1.547,5	-27,4	-1,7%
Receita Administrada <sup>1</sup>	961,8	947,5	-14,3	-1,5%
Receita Previdência Social	419,8	412,9	-6,9	-1,6%
Não-Administrada	193,2	187,0	-6,2	-3,2%
Transferência a Estados e Municípios	275,2	276,6	1,5	0,5%
Receita Líquida de Transferências	1.299,7	1.270,8	-28,9	-2,2%
Despesa Total	1.438,7	1.409,8	-28,9	-2,0%
Despesa obrigatória	1.169,8	1.158,1	-11,7	-1,0%
Benefícios da Previdência (RGPS)	637,9	631,0	-6,9	-1,1%
Pessoal e Encargos	324,9	318,8	-6,1	-1,9%
Outras despesas obrigatórias	207,0	208,3	1,3	0,6%
d/q BPC	60,2	59,9	-0,3	-0,6%
d/q Seguro Desemprego	40,6	38,6	-2,0	-5,0%
d/q Abono	19,2	18,2	-1,0	-5,0%
d/q Subsídios, Subvenções e Proagro	17,5	18,2	0,7	4,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	17,5	16,1	-1,5	-8,3%
Despesas sujeitas à Programação	268,9	251,8	-17,1	-6,4%
Financeira				
Obrigatórias com controle de fluxo	139,5	144,0	4,5	3,2%
Discricionárias	119,2	107,1	-12,0	-10,1%
Discricionárias fora do teto da EC/95 (A partir de 2018)	10,2	0,6	-9,6	-93,9%
Discrepância/Ajuste	0,0	0,0	n.a.	n.a.
Result. Primário Gov. Central	-139,0	-139,0	0,0	0,0%
<b>Meta</b>	<b>-139,0</b>	<b>-139,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Esforço(+)/Sobra(-)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>		

- ✓ Necessidade de redução de R\$12 bilhões nas despesas discricionárias para o cumprimento da meta de resultado primário.
- ✓ Em relação à LOA 2019, verifica-se uma queda expressiva na Receita Total (R\$ 27,4 bi), tendo a Receita Não Administrada sofrido a maior redução relativa (-3,2%).
- ✓ Do lado da despesa, houve diminuição dos valores totais previstos na LOA em R\$ -28,9 bi, com destaque para a redução de R\$ -21,6 bi nas discricionárias, dentro e fora do teto.

<sup>1</sup> Líquida de restituições.